Publique-se Inclua-se em parita por Sesõrs

19 06751

RICARDO TRÍPOLI - Presidente

PROJETO DE LEI Nº

DE 1995

FLS. N.o O J PROC. 4312

Proibe a instalação de bares e cantinas nos estabelecimentos de ensino da rede pública

7.000°

Art. 1º - Fica expressamente proibida a instalação de bares ou cantinas em estabelecimentos de ensino público, da rede estadual da Secretaria da Educação.

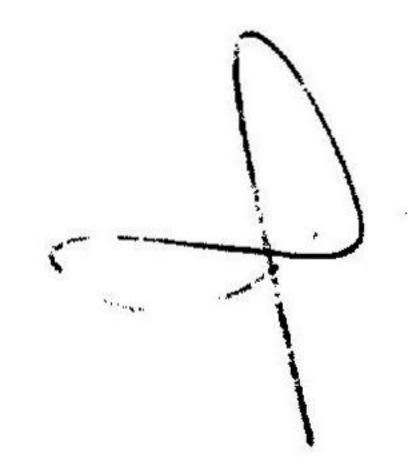
Art. 2º - Os proprietários dos bares e cantinas existentes nos estabelecimentos de ensino da rede pública terão o prazo de 30 (trinta) dias para retirar suas instalações e cessar sua atividade.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

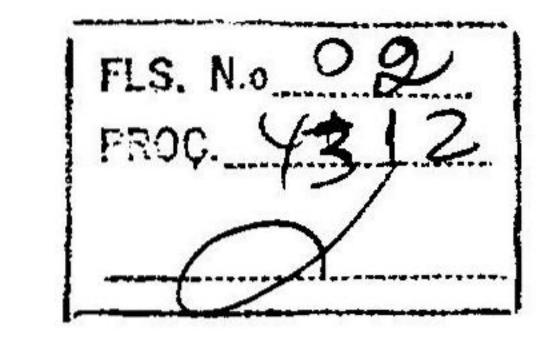
A existência de bares e cantinas em estabelecimentos oficiais de ensino da rede estadual, mostra-se inconveniente porquanto não são todos os alunos que a esses estabelecimentos têm acesso, mercê do baixo poder aquisitivo que afeta diretamente hoje a população de baixa renda, que mantém seus filhos como alunos nas escolas da rede pública.

As exceções causam profundo e intolerante constrangimento com inegáveis comprometimentos de ordem psicológica àqueles incapacitados de adquirirem os produtos vendidos em tais estabelecimentos. A minoria pode comprar. A maioria não!





Deputado JOSÉ EDUARDO FERREIRA NETTO



O que passará na mente de uma criança ou de um adolescente incapaz de fazê-lo vendo um colega saboreando um doce, uma bala, um sorvete ou comendo um sanduiche que ele não poderá comprar. A erradicação desses estabelecimentos é medida que se impõe, num país pobre até que se atinja (e oxalá que isto ocorra) uma média de rendimentos que atalhe as dificuldades conjunturais pelas quais cronicamente passamos.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1995.

JOSÉ EDUARDO FERREIRA NETTO

Divisão de Ordanamento Legislativo

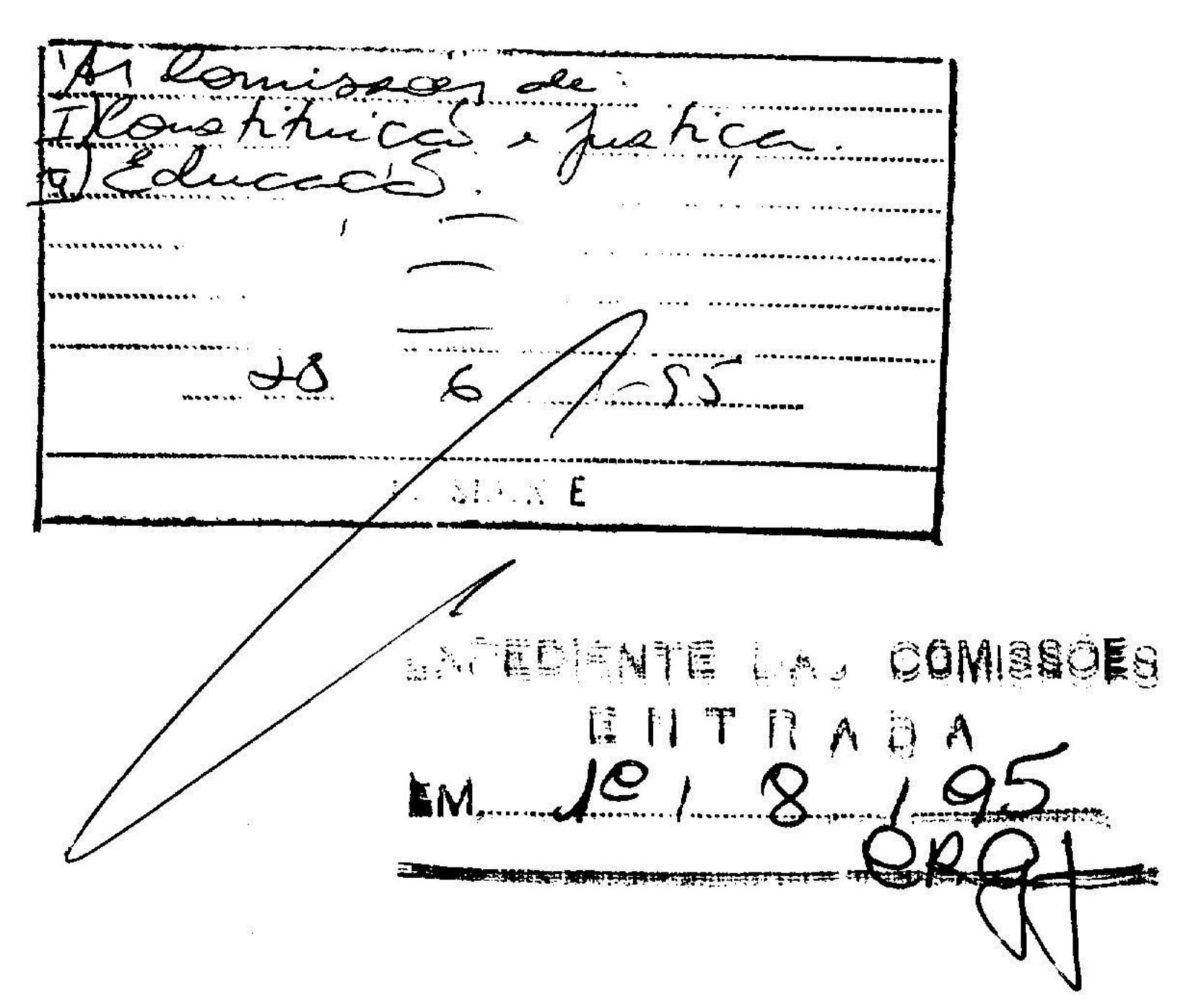
Divisão de Ordenamento Legislativo Esta proposição contém ¿ assinatura;

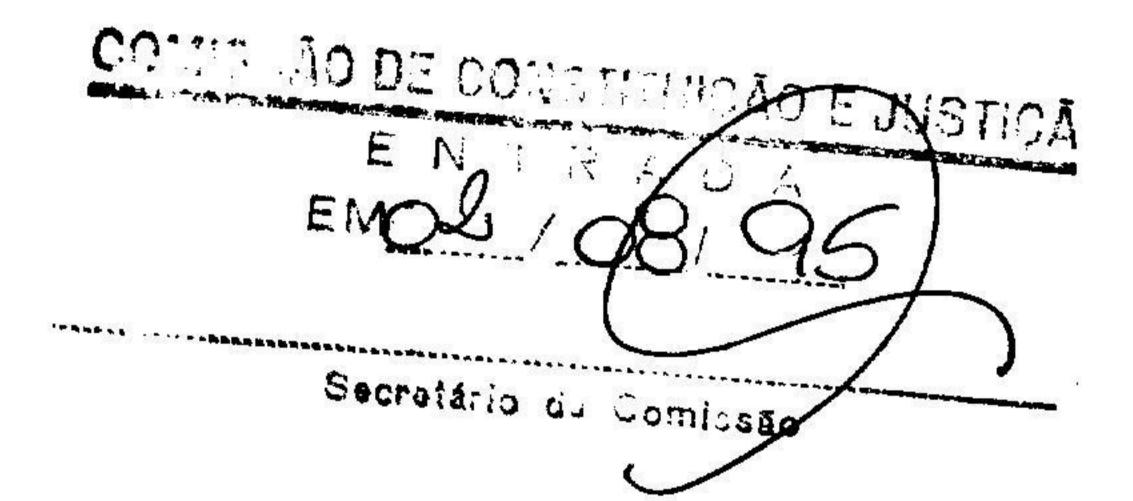
[5] 6 1995

SDC,

Chefo de Seção

consolidação do Pogicado asu a nos dias cuma - 1	21 27 d C de 18 7(), não tendo substitutivos,
recebi o que seguem juntados às	5. 6 195 0. L. 281 6 9





presidente

JUNTADA

Segue Juni Parecer do Relator

C.C. J.

com 02

de 03

S.C. 31/08/95

SECRETATIO DE COMISSÃO